

A REPATRIAÇÃO DE ARTEFATOS  
O Egito e a afirmação da identidade e da soberania no cenário internacional  
contemporâneo

Sara Luiza Pereira Saraiva<sup>1</sup>

**Resumo**

Como tentativa de autodeterminação e disruptura com um passado de supressão e exploração, o Egito iniciou o movimento de repatriação de artefatos saqueados ou retirados de maneira ilegal de seu território, sobretudo, aqueles retirados durante o período de dominação europeia, que perdurou entre o século XVIII e o século XX. O objetivo desse trabalho é analisar como o processo de repatriação de antiguidades afeta a afirmação de uma identidade nacional e na soberania do país. A hipótese construída para este trabalho é: o movimento de repatriação além de seu caráter político, corrobora para a fortificação de uma identidade nacional e na soberania do Egito. Para desenvolver essa monografia, serão apresentados o contexto histórico de exploração e colonialismo, o processo de repatriação que o país tem mobilizado, além do papel da UNESCO na proteção de cultura e patrimônios. Como perspectiva teórica, o projeto se baseia na concepção pós-colonialista das relações internacionais, com foco nas teorias de Edward Said e Cheikh Anta Diop. Por meio de revisão bibliográfica da literatura existente e da análise de documentos provenientes de fontes primárias e secundárias, buscou-se identificar mecanismos causais e evidências que expliquem a repatriação. A metodologia é predominantemente qualitativa, utiliza-se como método o *process tracing*, para testar a hipótese de que o fenômeno de repatriação é um processo conectado ao reforço da identidade nacional e soberania do Egito. Após a investigação, entendeu-se que o fenômeno, mesmo que simbolicamente, pode ser entendido como uma oposição direta do Egito contra as estruturas imperialistas do sistema internacional.

**Palavras-chave:** Egito; Repatriação; Identidade; Pós-colonialismo; Patrimônio; Antiguidades.

**Abstract**

As an attempt at self-determination and disruption of a past of suppression and exploitation, Egypt began a movement to repatriate artifacts that were looted or illegally removed from its territory, especially those removed during the period of European domination, which lasted from the 18th to the 20th century. The objective of this work is to analyze how the process of repatriation of antiquities affects the affirmation of a national identity and the sovereignty of the country. The hypothesis constructed for this work is: the repatriation movement, in addition to its political character, corroborates the strengthening of a national identity and the sovereignty of Egypt. To develop this monograph, the historical context of exploitation and colonialism, the repatriation process that the country has mobilized, and the role of UNESCO in the protection of culture and heritage will be presented. As a theoretical perspective, the project is based on the post-colonialist conception of international relations, with a focus on the theories of Edward Said and Cheikh Anta Diop. Through a bibliographic review of existing literature and the analysis of documents from primary and secondary sources, we sought to identify causal mechanisms and evidence that explain repatriation. The methodology is predominantly

---

<sup>1</sup> Artigo científico apresentado ao Instituto de Economia e Relações Internacionais como Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção de grau de Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia. Orientado pela Profa. Dra. Jéssica Fernandes.

qualitative, using process tracing as a method to test the hypothesis that the phenomenon of repatriation is a process connected to the reinforcement of Egypt's national identity and sovereignty. After the investigation, it was understood that the phenomenon, even symbolically, can be understood as a direct opposition of Egypt against the imperialist structures of the international system.

**Keywords:** Egypt; Repatriation; Identity; Pos-colonialism; Heritage; Antiques.

## 1. Introdução

O trabalho aborda a busca do Egito pelo seu passado e por sua identidade, por meio da repatriação dos artefatos que foram retirados ilegalmente do país, sobretudo, durante o período de exploração francesa e britânica entre os séculos XVIII e XX. Após a independência e posterior Proclamação da República Árabe do Egito, foi fundado o Conselho Supremo de Antiguidades, no ano de 1959, órgão responsável pela proteção e conservação dos patrimônios e artefatos nacionais. Desde então, o Egito fomentou a necessidade de reaver os objetos que foram retirados de maneira ilícita de seu território. O processo de repatriação de bens foi intensificado apenas nos anos 2000, com a chegada do egiptólogo Zahi Hawass<sup>2</sup> no cargo de Secretário Geral do Conselho Supremo de Antiguidades (Costa, 2019). Sobretudo nos últimos anos, o governo do Egito intensificou as negociações com os demais países para que os artefatos retornassem a seu território originário.

O objetivo dessa monografia é compreender como a repatriação afeta na construção e afirmação de uma identidade nacional egípcia, e no plano secundário, avaliar a consolidação da soberania do Egito nesse processo. Para realizar esta análise, busca-se investigar o passado colonialista a qual o Egito foi submetido e quais foram suas implicações. Incorporar as teorias pós-colonialistas para o entendimento da complexidade do fenômeno do imperialismo. Apresentar os conceitos sociológicos relacionados ao processo de construção identitária. E, pontuar marcos do processo de repatriação e seus impactos.

Para a execução, a metodologia a ser utilizada será a análise qualitativa, utilizando o *process tracing*<sup>3</sup>, que visa testar a hipótese sobre a influência da repatriação de objetos na identidade nacional e na soberania egípcias. Por meio de revisão bibliográfica da

---

<sup>2</sup> Renomado arqueólogo e egiptólogo egípcio, antes de ser Secretário Geral, passou por diversos cargos públicos relacionados ao trato de antiguidades, com uma trajetória bem consolidada. Ele se destacou internacionalmente como símbolo da arqueologia e da luta por preservação e repatriação dos artefatos egípcios. Disponível em: <https://www.hawasszahi.com/bio>. Acesso em: 10 mai. 2025.

<sup>3</sup> Método de pesquisa qualitativo utilizado para compreender como mecanismos causais estabelecem um processo de causa e efeito durante uma análise de caso (Cunha; Araújo, 2018).

literatura existente e da análise de dados provenientes de fontes primárias e secundárias, foram mapeados marcos temporais que serviram para fim de coletar evidências que comprovem a relação entre a repatriação e o reforço da identidade e soberania.

A monografia divide-se da seguinte forma, além desta introdução, a segunda seção apresenta a justificativa sobre a relevância da repatriação na atualidade, como o foco do governo egípcio em investir em investir na parte cultural do país, não apenas com foco na repatriação de bens, mas também, na infraestrutura necessária para o recebimento desses objetos, como a construção do Grande Museu Egípcio, responsável por apresentar ao público, antiguidades de valor inestimável. A terceira seção descreve a perspectiva teórica, baseada na teoria pós-colonial das relações internacionais, fundamentada no conceito de Orientalismo criado por Edward Said e na teoria de “embranquecimento” elaborada por Cheikh Anta Diop, de maneira a compreender que os efeitos da exploração europeia não foram apenas socioeconômicos, mas científicos, culturais e históricos. Posteriormente, a quarta seção divide-se em três assuntos distintos: a primeira parte destina-se a apresentar o aparato internacional para proteção de bens e patrimônios, e o papel da UNESCO nesse âmbito. Já a segunda, é responsável por apresentar conceitos relevantes para a análise sociológica acerca do objeto de estudo, serão apresentados os conceitos de identidade, memória individual, memória coletiva, memória autobiográfica e memória histórica. Essa seção termina com uma breve contextualização histórica do período de colonização francesa e britânica. Depois, na quinta seção, os resultados do processo de repatriação no Egito são elucidados, levantando dados oficiais e apresentando alguns dos objetos repatriados, ademais, explora dois casos específicos de objetos egípcios de imenso interesse para repatriação, além de sua importância histórica e arqueológica, mas que até o momento não há chances de retornarem ao país. Por fim, será feita uma análise acerca das informações apresentadas para elaborar a conclusão sobre a hipótese inicial.

## **2. Por que estudar a repatriação de artefatos do Egito**

Essa pesquisa é justificada pela atual busca do Egito em consolidar sua identidade nacional com base na recuperação e reverência ao seu passado. Em 2021, o Egito protagonizou um momento único para a história contemporânea, com a organização da *Pharaohs' Golden Parade* (Parada Dourada dos Faraós), um evento de grandes proporções, cujo foco central era o transporte de vinte e duas múmias do Museu Egípcio em Tahir para o Museu Nacional da Civilização Egípcia, que por sua vez, inauguraria seu

salão principal e a sala das múmias (Egito, 2019c, tradução nossa). Com mais de duas horas de duração, a cerimônia foi transmitida no Youtube pelo canal *Experience Egypt*<sup>4</sup> e obteve ampla repercussão na mídia internacional. O evento contou com a presença de ilustres personalidades egípcias, incluindo o presidente Abdul Fatah Khalil Al-Sisi. O ponto central da cerimônia - o cortejo das múmias, foi guiado por uma orquestra e apresentou diversos atores vestidos com trajes típicos do antigo Egípcio, o que garantiu uma experiência totalmente imersiva e única (Canal Experience Egypt, 2021). Não obstante, no decorrer dos últimos anos, o país investiu grandemente na construção do que veio a se tornar o maior museu arqueológico do mundo, denominado Grande Museu Egípcio, com um orçamento que extrapolou a marca dos US\$ 1 bilhão, seu acervo conta com mais de 100 mil artefatos, provenientes das mais diversas fases do antigo Egito (Aljazeera, 2024). Esse projeto é bastante ambicioso, demonstrando claramente o interesse do país em investir em cultura e turismo, além disso, o fato de o maior museu do mundo voltado para a arqueologia estar presente em um país africano é um marco sem precedentes na luta contra a hegemonia cultural, pois demonstra o poder e domínio que o país possui de sua própria história. A partir disso, é possível identificar o museu e a *Pharaohs Golden Parade* como estratégias de *soft power*<sup>5</sup>, demonstrando a grandiosidade cultural do país, com o intuito de fomentar o turismo nacional e beneficiar sua imagem no contexto internacional.

O Egito, como diversos outros Estados, passou por um processo de dominação europeia, processo esse, que permitiu a exploração de diversos recursos e a tentativa de doutrinação do povo egípcio, tais investidas visavam desvincular o povo de sua cultura, língua e costumes e “padronizá-los” de acordo com a tradição europeia, mais especificamente, britânica (Costa, 2019).

Nesse sentido, levando em consideração que tais tribulações ocorreram durante períodos específicos - nos anos de 1798-1801, correspondente a invasão francesa, e de 1882 a 1922, anos de domínio britânico - é possível atribuir tais situações à exploração massiva do colonialismo europeu, a partir disso, urge a necessidade de analisar as relações de poder intrínsecas a esse caso. Assim, o presente trabalho apresenta como recorte temporal o período de dominação francesa, e o período de dominação britânica, esse

---

<sup>4</sup> Canal oficial da Autoridade Egípcia de Promoção ao Turismo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bnlXW7KZl0c&t=4622s>. Acesso em: 18 abr. 2025.

<sup>5</sup> Conceito elaborado pelo cientista político estadunidense Joseph Nye. Para o autor, o *soft power* é a coopção sem a utilização de meios militares, ou seja, o ato de induzir um Estado a agir de certa forma para garantir que os seus interesses soberanos sejam alcançados. Disponível em: [https://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/media/documents/page/joseph\\_nye\\_soft\\_power\\_journal.pdf](https://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/media/documents/page/joseph_nye_soft_power_journal.pdf).

último, estendido até o ano de 1956<sup>6</sup>, devido as divergências sobre o Canal de Suez. Esse recorte temporal permite compreender os reflexos da dominação europeia sobre o país, além de exemplificar a necessidade da repatriação. Muito além da transferência de posse, o movimento de repatriação resguarda o direito a preservação de sua própria história, a proteção, a interpretação e a apresentação esses artefatos para os demais povos.

### **3. A importância do pós-colonialismo na explicação deste fenômeno e do movimento nacionalista egípcio**

O pós-colonialismo surge como uma nova vertente de análise das relações internacionais, com foco nas problemáticas decorrentes das práticas imperialistas de países ocidentais contra países não ocidentais. Tais práticas foram responsáveis por criar estereótipos de raça, etnia, localidade e gênero, dos quais, determinava-se uma hierarquia de poder, onde aqueles detentores de características ocidentais se colocavam acima dos demais, subjugando-os. Não obstante, os países ocidentais também deturparam os corpos, o território e os recursos desses povos, por meio da exploração de mão de obra escravizada, da ocupação indevida de terras e pela expropriação de matérias-primas e recursos naturais. Essa relação de poder trouxe consequências sociais, econômicas, políticas e ambientais para os povos não ocidentais, de tal forma que impediu ou postergou o desenvolvimento socioeconômico da maior parte dos estados e povos subjugados. Diante dessa avassaladora realidade, o pós-colonialismo apresenta-se como uma lente teórica para analisar a conjuntura atual de países não ocidentais.

Guimarães (2021) define as premissas e conceitos centrais do pós-colonialismo no livro “Teoria das relações internacionais”. Há quatro principais premissas que caracterizam a abordagem pós-colonialista: a primeira corresponde a análise das relações de poder, o triunfo sobre a dominação e as lutas anticoloniais. A segunda, por sua vez, apresenta a provocação ao Ocidente no que corresponde a produção e disseminação de conhecimento. A terceira incorpora a ideia de raça como categoria primordial de análise. A quarta premissa é que a teoria expõe os pensamentos e ideias dos povos não ocidentais. Quanto aos conceitos centrais, são eles, o *colonialismo*, *anticolonialismo* e *centro-periferia*. O colonialismo representa o passado e toda a subversão ocasionada pela

---

<sup>6</sup> Mesmo que a independência egípcia tenha sido formalizada em 1922, a presença militar da Coroa permaneceu no país pelos anos posteriores, até a Revolução de 1952, e a nacionalização do Canal de Suez em 1956.

exploração dos países ocidentais, o anticolonialismo, em contrapartida, exprime a luta dos povos não ocidentais contra as práticas e consequências do colonialismo. Por sua vez, o conceito de centro-periferia, como o autor denota, representa uma geografia da diferença, não apenas representada pela cartografia, mas sim, construída no imaginário social de maneira a separar nós (países periféricos) deles (países do centro). Em síntese, essas postulações centralizam a teoria em um sistema piramidal, onde aqueles que se encontram no topo exploraram e segregaram aqueles que estão na base, e como forma de subverter essa relação, pensadores e teóricos não ocidentais buscam desvincular-se da manutenção desse poder na atualidade.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, todas as premissas e conceitos apresentados terão certa influência na análise, todavia, para a incorporação teórica de Diop e Said, algumas se destacam. Diop baseia sua tese na concepção de que os europeus tentaram *embranquecer* a população do Reino do Egito para desvinculá-los do continente africano, diante disso, é possível observar a primazia da questão racial. No que tange a teoria de Said, a partir da elaboração do Orientalismo, o autor questiona como a produção de conhecimento sobre os continentes asiático e africano foi utilizada para criar uma narrativa que inferioriza as culturas e povos orientais, como justificativa para a dominação e exploração. Assim, pode-se depreender da análise de Said o conceito de centro-periferia, demonstrando a clara distinção entre o europeu evoluído e o atrasado oriental. Ambos apresentam questionamentos às produções ocidentais de conhecimento e dão vozes aos não ocidentais, ao apontar como as narrativas criadas pela Europa impactaram os demais.

### 3.1. A falácia da antiguidade

Cheikh Anta Diop (1974), desenvolveu uma extensa pesquisa cujo objetivo era demonstrar o apagamento europeu sobre a negritude e ancestralidade africana no Egito. Entre os mitos modernos da egiptologia, Diop destaca a falácia sobre a origem da civilização egípcia, na qual “uma hipotética raça Faraônica branca que alegadamente importou a civilização egípcia a partir da Ásia no início do período histórico” seria responsável por criar o vasto Reino do Egito. Categoricamente, como forma de refutar tais alegações, Diop faz menção a figura da Esfinge, sob a qual há um rosto com feições negras. Em seguida, o autor busca traçar um panorama que viabilize sua tese. Diop apresenta os escritos de Champollion, egiptólogo francês, que ao analisar uma arte encontrada no Vale dos Reis, na qual são representadas as etnias conhecidas pelo povo do antigo Egito, faz as seguintes ponderações: afirma que a figura mais próxima do deus Hórus, era um indivíduo de pele vermelho-escura, dito como da “espécie” *Rôt-em-ne-*

*Rome*, um egípcio, seguido por uma figura de pele negra, conhecido como *Nahasi*, depois, o indivíduo representado é descrito como amarelo ou bronzeado, chamado de *Namou*. Por fim, destaca-se um indivíduo que foi descrito por Champollion como “cor de carne”, branco, loiro e de olhos azuis, também conhecido como *Tamhou*. Nas palavras de Champollion, “encontramos ali Egípcios e Africanos representados da mesma forma” (Champollion-Figeac, 1839 *apud* Diop, 1974). Diante das afirmações de Champollion, Diop argumenta sobre as evidências de que os egípcios pertenciam a raça preta, uma vez que não existe a raça vermelho-escura, sendo apenas, um subtom da raça preta. Além disso, devido as figuras estarem representadas a graus de distância de Hórus, isso demonstra o grau de hierarquia daqueles povos: primeiro os egípcios, depois, os demais povos pretos do continente africano, seguidos pelos asiáticos e por fim, os europeus. Para o irmão de Champollion, Champollion-Figiacy, o fato dos antigos egípcios terem *pele preta e cabelo crespo*<sup>7</sup>, não eram explicações suficientes para afirmar que os egípcios são da raça preta. Ademais, Champollion-Figiacy continua sua tortuosa narrativa, ao afirmar que há três raças na África: os negros, os cafires, e os mouros, esses últimos, seriam semelhantes aos indivíduos encontrados na Europa e na Ásia Ocidental, a diferença seria a pele bronzeada dos mouros, devido ao clima. Para ele, os egípcios seriam descendentes dos mouros, uma vez que eles tinham cabelos longos e não crespos, além disso, as representações artísticas dos egípcios, segundo Champollion-Figiacy seriam muito similares a dos mouros. Diop contra-argumenta essas afirmações com dados históricos

Contrariamente à opinião dele, os Cafires (Kaffirs) não constituem uma raça: a palavra Cafir (Kaffir) vem de uma palavra Árabe que significa pagão, o oposto do muçulmano. Quando o Árabe entrou na África via Zanzibar, esta foi a palavra que designava as populações que encontraram lá que praticavam uma religião diferente da deles próprios. Quanto aos Mouros [Moors], eles descendem diretamente dos invasores pós-Islâmicos que, a partir do Iêmen, conquistaram o Egito, África do Norte, e Espanha, entre o Sétimo e Décimo - Quinto Séculos (600 – 1400 D.C.). Da Espanha eles caíram para trás na África. Assim, os Mouros são, basicamente, os Árabes Muçulmanos cuja instalação em África é bastante recente (Diop, 1974, tradução nossa).

Não obstante, mais uma vez Champollion-Figiacy se contradiz, ao afirmar também que “cabelo crespo, lanoso é a verdadeira característica da raça Negra”, logo, sua argumentação é tão fraca e infundada que ele sequer tem a capacidade de mantê-la fixa. Para Diop, a dificuldade dos acadêmicos europeus em aceitar a origem negra do Egito vai além da concepção racista, ela corresponde a uma construção colonialista cujo objetivo é

---

<sup>7</sup> Diop utiliza o termo “cabelo lanoso” em seu livro, todavia, ao pesquisar o significado do termo, descobriu-se que atualmente é utilizado para caracterizar uma condição clínica rara que acomete os fios capilares. Para evitar falsas interpretações, o termo foi trocado por “cabelo crespo”.

desvincular a propriedade sobre essa cultura, tanto do povo egípcio, quanto do continente africano.

A glamourização da cultura egípcia na Europa desvinculou sua origem de um continente considerado atrasado e precário, já que seria inconcebível que um império com vastas riquezas e conhecimentos correspondesse a tais percepções, afinal de contas, em uma sociedade escravocrata, a ideia de que algo tão grandioso viesse de uma parcela da população considerada inferior não poderia ser digerida. Logo, o branqueamento dos antigos egípcios nada mais foi do que um artifício para desassociar a imagem de um homem africano a de um grande faraó, para que a sociedade da época adotasse aquelas novas descobertas como sendo suas, para pertencer a elite europeia. Pelos breves fragmentos selecionados da tese de Diop, ficou evidente que a desassociação da raça negra demonstrou grande limitação intelectual por parte dos acadêmicos ou uma grande cortina de fumaça, para que a propagação da cultura egípcia tivesse mais aceitação no continente europeu.

Utilizando as reflexões iniciais sobre os conceitos de memória e identidade<sup>8</sup>, ao compreender não apenas o passado, mas também, os artifícios utilizados para o apagamento étnico dos antigos egípcios, a população pode obter uma reflexão e até mesmo uma ressignificação de sua própria identidade. Ao trabalhar a memória histórica de maneira a compreender os movimentos de dominação e de apagamento que foram submetidos, a identidade nacional pode ser moldada para a busca de uma libertação do colonialismo ainda existente. Dessa maneira, ao lutar por uma repatriação de objetos que ainda estão sob a tutela de países colonialistas, esse movimento será responsável por tornar os resultados palpáveis, devido ao fortalecimento de uma identidade nacional e cultural. Assim, “o patrimônio, observa Marc Guillaume, funciona como um ‘aparelho ideológico da memória’: a conservação sistemática dos vestígios, relíquias, testemunhos, impressões, traços, ‘serve de reservatório para alimentar as ficções da história que se constrói a respeito do passado’” (Guillaume, 1968 *apud* Candeu, 2011). Não alimenta apenas as ficções, como também, a fantástica verdade por trás de um grande império africano.

### 3.2. Edward Said e o orientalismo

---

<sup>8</sup> A apresentação e análise aprofundada desses conceitos será abordada no subtópico 4.2, mas foram brevemente apresentados para relacionar a teoria de Diop com a repatriação e a construção de uma identidade nacional.



Edward Said consagra o termo *orientalismo* em seu livro homônimo, no ano de 1978, na obra, ele apresenta os estudos do Oriente, sob a seguinte perspectiva

Desde um ponto de vista filosófico, o tipo de linguagem, pensamento e visão que eu chamei, de maneira geral, de orientalismo é uma forma extrema de realismo; é uma maneira habitual de tratar questões, objetos, qualidades e regiões supostamente orientais. Aqueles que o empregam querem designar, nomear, indicar e fixar aquilo de que estão falando com uma palavra ou uma frase. Considera-se, então, que essa palavra ou essa frase adquiriram uma certa realidade ou que simplesmente são a própria realidade. Do ponto de vista retórico, o orientalismo é absolutamente anatômico e enumerativo: utilizar seu vocabulário implica comprometer-se a particularizar e dividir as realidades do Oriente em partes manejáveis. Do ponto de vista psicológico, o orientalismo é uma forma de paranoia, um saber que não é do mesmo tipo que o saber histórico ordinário, por exemplo. Essas são algumas das consequências da geografia imaginária e das fronteiras espetaculares que ele traça. (Said, 2008, tradução nossa)

O autor embasa sua argumentação em produções científicas e literárias europeias sobre o Oriente, nas quais os continentes orientais são descritos como exóticos e atrasados. Inclusive, as primeiras páginas do livro são destinadas a análise do discurso de Arthur James Balfour, parlamentar de alto nível, durante sessão da Câmara dos Comuns do Reino Unido, no ano de 1910, o objeto de seu discurso era expor as justificativas pelas quais o Egito deveria continuar sob domínio britânico. A fala do parlamentar é confusa e sem muitas comprovações, mas exemplifica oportunamente que na visão europeia, qualquer coisa que adveio do oriente é falha e deve ser substituída por algo proveniente da Europa

[...] Todas as suas grandes épocas [...] surgiram sob o despotismo, sob um governo absoluto; todas as suas grandes contribuições para a civilização [...] aconteceram sob esse sistema de governo. [...] essa é a realidade; não se trata de uma questão de superioridade ou inferioridade. Suponho que um verdadeiro sábio oriental diria que a tarefa de governar, que assumimos no Egito e em qualquer outro lugar, não é digna de um filósofo, mas sim um trabalho sujo e inferior de simplesmente fazer o que é necessário [...] seria benéfico para essas grandes nações (e admito sua grandiosidade) que esse governo absoluto seja exercido por nós? Creio que sim. Creio que a experiência demonstra que, sob esse governo, eles tiveram o melhor governo de toda a história mundial, o que não é apenas um benefício para eles, mas também, sem dúvida, um benefício para todo o Ocidente civilizado. (Said, 2008, tradução nossa)

Essa fala exprime perfeitamente as ponderações de Said, qualquer coisa proveniente do Oriente atrai o fascínio e o senso de superioridade europeia. Como Said afirma “o Oriente precisou primeiro ser conhecido, depois invadido e conquistado, para ser criado novamente”, essa criação adveio dos estudiosos europeus, que por meio de suas obras apresentaram as histórias e culturas antigas da Ásia e da África, que nem sempre eram fidedignas ou provenientes de relatos dos próprios povos. Nesse sentido, o

fundamento por trás da construção do imaginário europeu advinha das diferenças culturais e geográficas, mas representava também, a ideia de inferioridade que esses povos representavam. Uma vez que todo conhecimento aceito pela comunidade europeia era proveniente de sua própria interpretação, ao invés de trazer informações imparciais e analíticas. Em conclusão, o autor afirma que a ideia do Oriente é uma criação europeia, bastante caricata, responsável por fundir a concepção de que o Oriente se distancia da Europa não apenas de forma geográfica, mas também no “atraso” de seus povos. Em consonância a essa abordagem, Said incorpora conceitos de Foucault para afirmar que a ideia do Oriente é um discurso de poder para justificar a dominação e exploração as quais os povos “atrasados” deveriam ser submetidos (Said, 2008).

Inicialmente, as argumentações de Diop e Said apresentam características divergentes, entretanto, elas são complementares. Na teoria de Diop, o autor argumenta que os europeus tentaram desvincular o antigo Reino do Egito do continente africano, pois queriam torná-lo mais aceitável para a glamourização ao qual foi submetido dentro do contexto europeu dos séculos XVIII-XIX, assim, afastar o Reino do Egito de um continente repleto de povos *atrasados* seria mais crível para os europeus, do que admitir que algo tão admirável e fascinante seja proveniente de um local que abominam. Logo, ao empreender a análise de Said, isso se torna ainda mais evidente, pois, tudo que advém do Oriente é exótico ou atrasado, então, não faria sentido atribuir a essa narrativa algo que causaria sentimentos e interpretações conflitantes sobre o Oriente. Em suma, aquilo que desperta o interesse dos colonizadores é arrancado de sua originalidade, e subvertido para o controle e posse do opressor. Por outro lado, tudo que não desperta tal interesse, é subjugado e utilizado como justificativa para a intervenção e dominação desses povos.

#### **4. A importância do Patrimônio cultural e sua relação com o nacionalismo egípcio**

Antes de apresentar o caso do Egito, é necessário obter conhecimento sobre os artifícios internacionais para a proteção do patrimônio, em sua maioria, vinculados a UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura). A UNESCO é uma agência especializada da ONU (Organização das Nações Unidas) que possui a missão de “contribuir para a construção de uma cultura de paz, a erradicação da pobreza, o desenvolvimento sustentável e o diálogo intercultural por meio da educação, das ciências, da cultura, da comunicação e da informação”. Sob essa perspectiva de

diálogo intercultural, a agência incentiva a proteção e preservação dos patrimônios culturais e naturais que possuem grande estima para a humanidade (ONU, 2025c, tradução nossa). De acordo com o Instituto de Estatística da UNESCO, a definição de patrimônio cultural inclui

[...] artefatos, monumentos, um grupo de edifícios e sítios, museus que têm uma diversidade de valores, incluindo significado simbólico, histórico, artístico, estético, etnológico ou antropológico, científico e social. Inclui patrimônio tangível (móvel, imóvel e subaquático), patrimônio cultural intangível (ICH) incorporado em artefatos, sítios ou monumentos culturais e naturais. A definição exclui ICH relacionado a outros domínios culturais, como festivais, celebrações etc. Abrange patrimônio industrial e pinturas rupestres (Instituto de Estatística da UNESCO, 2009, tradução nossa).

A fim de complementar a definição apresentada anteriormente, é necessário introduzir o termo patrimônio mundial, que foi utilizado pela UNESCO para definir aqueles patrimônios culturais e naturais que pertencem a toda a humanidade, e não apenas ao país ou o povo ao qual estão interligados. Nesse sentido, a agência buscou incentivar a identificação, a proteção, e a preservação desses patrimônios mundiais por meio da ratificação da Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural de 1972 (UNESCO, 2025). Essa Convenção estabelece que seus Estados-parte devem se assegurar da conservação dos patrimônios que estão dentro de seus territórios, como também, garante o direito de recorrer a assistência ou a cooperação internacional para atingir tal objetivo. Para tanto, a Convenção estabeleceu a criação do Comitê do Patrimônio Mundial e do Fundo do Patrimônio Mundial, o primeiro é responsável por tomar as principais decisões referentes aos patrimônios, além de controlar a utilização de recursos de assistência provenientes do Fundo.

Outra convenção da UNESCO que trata sobre a proteção dos bens culturais é a Convenção sobre os Meios de Proibir e Impedir a Importação, Exportação e Transferência Ilícitas de Propriedade de Bens Culturais (1970), que garante a seus Estados-parte a colaboração de seus iguais e de outras entidades na recuperação de patrimônios transferidos ilegalmente.

Em linhas gerais, a doutrina internacional de proteção patrimonial se concentra na UNESCO, salvaguardado a proteção durante conflitos armados, que por sua vez, possuem respaldo no Direito Internacional Humanitário e na Convenção de Haia de 1954 (Comitê Internacional da Cruz Vermelha, 2025c). Além disso, o Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado (UNIDROIT, em inglês *International Institute for the Unification of Private Law*) foi responsável por criar a Convenção Unidroit sobre Objetos Culturais Roubados ou Exportados Ilegalmente (1995) que estabelece regras de conduta

para os seus signatários sobre as procedências a serem tomadas em caso de roubo ou transferência ilegal, todavia o Egito não é um dos Estados-parte (UNIDROIT, 2025c).

#### 4.1. O Egito e os patrimônios mundiais

É importante destacar que o Egito é signatário das três convenções citadas anteriormente, resguardando seus direitos perante tais. A UNESCO reconhece sete patrimônios mundiais pertencentes ao território egípcio, sendo seis culturais e um natural. Os patrimônios culturais são Abu Mena, a antiga Tebas e sua necrópole, a Cairo histórica, Memphis e sua necrópole, os monumentos da Núbia de Abu Simbel a Philae, e a área de Santa Catarina, com exceção desse último, todos os patrimônios foram reconhecidos no ano de 1979, enquanto Santa Catarina foi reconhecida em 2002 (UNESCO, 2025c). Abu Mena corresponde as ruínas de uma antiga cidade cristã construída sob o túmulo do mártir Menas de Alexandria (UNESCO, 2025c). Por sua vez, a antiga Tebas foi a cidade consagrada ao deus Amon, e foi a capital do Egito durante os Reinos Médio e Novo, sendo considerada uma das maiores cidades da antiguidade, em junção as suas ruínas, encontra-se os templos e palácios Karnak e Luxor, além das necrópoles do Vale das Rainhas e do Vale dos Reis (UNESCO, 2025c). No que diz respeito a parte histórica de Cairo, essa porção da cidade corresponde a uma das mais antigas cidades islâmicas do mundo, com origem no século X (UNESCO, 2025c). Já Memphis foi a primeira capital do Egito, e em seu território encontram-se as famosas Pirâmides de Gizé e a Esfinge, estima-se que tenha sido fundada em 3000 AEC (UNESCO, 2025c). Os Monumentos da Núbia envolvem um grande conjunto de santuários e templos, incluindo aqueles que foram salvos da inundação decorrente da construção da represa de Assuã, que foram alvos da Campanha Internacional da UNESCO durante as décadas de 1960 a 1980 (UNESCO, 2025c). Por último, a área de Santa Catarina tem importância para três das principais religiões do mundo: Islamismo, cristianismo e judaísmo, pois de acordo com os textos do antigo Testamento, foi o local onde o profeta Moisés recebeu as Tábuas da lei. Ademais, na área encontra-se o Mosteiro Ortodoxo de Santa Catarina, fundado no século V, e o mosteiro cristão mais antigo do mundo que ainda é utilizado para rituais (UNESCO, 2025c). Diante dessas representações, fica claro o legado e importância cultural que o Egito possui, não apenas para seu próprio povo, mas também para a história da humanidade e para diversos religiosos ao redor do globo.

#### 4.2. Como é construída a memória e a identidade

Na obra “A memória coletiva”, Maurice Halbwaches apresenta uma profunda exposição sobre os diferentes tipos de memória que indivíduos e sociedades possuem, para a aplicação do caso egípcio, é relevante apresentar seus conceitos de memória individual, memória coletiva, memória autobiográfica e memória histórica. O autor apresenta a diferença da memória individual e da memória coletiva da seguinte maneira, enquanto a individual corresponde ao campo de percepção de um único indivíduo, a coletiva demonstra uma seleção de lembranças que são compartilhadas por um grupo pequeno ou grande de pessoas, evocando memórias impessoais que são do interesse daquele conjunto de indivíduos. De maneira divergente, mas complementar, o conceito de memória autobiográfica corresponde às memórias referentes a acontecimentos e questões individuais, sendo uma parte ínfima da memória histórica, que por sua vez, engloba todos os acontecimentos passados da cronologia daquele grupo ou povo. A partir disso, Halbwaches cria uma linha de raciocínio, por meio da utilização de diversos exemplos, que busca explicar que eventos históricos são mais marcantes para os indivíduos a partir do momento em que eles são ativados pela memória autobiográfica ao invés da memória histórica, devido ao impacto que situações pessoais causam na mente. Por exemplo, um jovem egípcio que teve a oportunidade de visitar o Vale dos Reis muito provavelmente terá mais facilidade para recordar-se dos nomes dos faraós encontrados lá, do que outro jovem egípcio que apenas estudou sobre eles na escola. Com a vivência, experiencia-se a sensação de pertencimento, cria-se um vínculo único que a visualização social da história jamais permitiria, cria-se o sentimento de pertencimento e também a identidade de cada um (Halbwaches, 2006).

Assim como a memória, a identidade pode ser observada no âmbito individual e no âmbito social. Todavia, na apresentação desse termo, faz mais sentido trabalhar com a ideia de uma identidade cultural, vejamos a seguir. A identidade nada mais é que a essência única e característica responsável por definir cada indivíduo, grupo, etnia, nacionalidade, etc. Para a análise sobre os impactos da repatriação dos artefatos, é muito mais crível compreender os efeitos a nível nacional e cultural, devido ao compartilhamento de características culturais e sociológicas do povo egípcio como um todo, devido ao mesmo passado que compartilham, além de costumes, tradições e manifestações culturais herdadas. Na concepção de Hall (1990), a identidade cultural possui duas formas diferentes de ser interpretada

A primeira [...] na qual uma determinada comunidade busca recuperar a “verdade” sobre seu passado na “unicidade” de uma história e de uma cultura partilhadas que poderiam, então, ser representadas [...] para reforçar e

reafirmar a identidade [...] a segunda [...] é aquela que a vê como “uma questão tanto de *torna-se* quanto de *ser*”. Isso não significa negar que a identidade tenha um passado, mas reconhecer que, ao reivindicá-la, nós a reconstruímos e que, além disso, o passado sofre uma grande transformação. Esse passado é parte de uma “comunidade imaginada”, uma comunidade de sujeitos que se apresentam como sendo “nós” (Hall, 1990 *apud* Woodward, 2014, destaque nosso).

A primeira interpretação de Hall pode ser considerada mais ortodoxa, de acordos com as visões mais tradicionais que afirmam essa busca pelo passado em comum, entretanto, seu segundo pressuposto requer uma avaliação mais profunda. Ao afirmar que a identidade *torna-se*, o autor defende a tese de que a identidade não é imutável, podendo ser transformada de acordo com as autopercepções de quem ela pertence, ou até mesmo, de grupos que podem controlá-la para manipular os demais. Como Woodward (2014) afirma ao analisar seus pressupostos “Ao ver a identidade como uma questão de ‘tornar-se’ aqueles que reivindicam a identidade não se limitariam [...] eles seriam capazes de posicionar a si próprios e de reconstruir [...] as identidades históricas, herdadas de um suposto passado em comum”. Sob essa perspectiva, os detentores da identidade egípcia podem questionar determinadas informações e pressuposições que lhes foram entregues por países colonialistas, sobre a detenção do patrimônio nacional egípcio expropriado anteriormente. A partir dessa percepção e autonomia identitária, o povo egípcio pode reconstruir sua própria identidade por meio de uma visão anticolonial, reconhecendo as relações de poder e submissão que foram impostas em determinados pontos do passado, e ressignificá-las.

#### 4.3. Analisando a história

Diante dessas explicações, nota-se a necessidade de se perpetuar o passado por meio da repatriação de patrimônios. É notório o quanto são relevantes para a construção identitária de um povo, e dito isso, urge algumas pontuações sobre o caso. Assim como diversos outros territórios, o Egito passou por processos de ocupação e dominação desde a Idade Antiga, todavia, para se adequar ao discurso pós-colonial e a nova configuração de Estados, focaremos apenas na expropriação de objetos que ocorreram após os períodos de dominação francesa e britânica. Estima-se que Napoleão Bonaparte, comandante do exército francês, possuía interesses pessoais no Egito, todavia, a exploração e posterior dominação do território egípcio, foram impulsionadas pelas constantes disputas entre França e Grã-Bretanha, e na intenção de obstaculizar uma das rotas britânicas para a Índia. (Said, 2011 *apud* Costa, 2019; Taylor, 1954 *apud* Costa, 2019; Dufraisse, 1988 *apud* Costa, 2019). Assim, em 1778, as tropas francesas chegam ao Egito, o discurso usado por

Napoleão para conseguir a confiança dos habitantes locais era de respeito a fé muçulmana e combate aos mamelucos, que dominavam determinadas regiões do país (Lacroix, 1953 *apud* Costa, 2019). Os objetivos hegemônicos e militares da expedição não foram alcançados, mas os desejos culturais de Napoleão sim, a “*Commission des Sciences et Arts*” (Comissão das Ciências e Artes), composta por cerca de 150 artistas e cientistas foi responsável por grandes contribuições para o estudo egípcio, sob a ótica europeia (Burleigh, 2008, *apud* Costa, 2019). Entre as principais realizações, destaca-se a criação do “*Institut d’Égypte*” (Instituto do Egito), em 1778, esse instituto foi estabelecido no Cairo para a realização de estudos e documentalização da história egípcia por meio dos objetos encontrados na expedição (Lacroix, 1953 *apud* Costa, 2019). Outra considerável realização foi o lançamento do “*Description de l’Égypte*” (Descrição do Egito), cujo lançamento iniciou-se em 1809, composta por vinte e quatro volumes, essa obra se propõe a analisar toda a história conhecida do Egito até a época de seu lançamento, mas é claro, sob uma ótica eurocentrista e limitada (Said, 2011). Entretanto, a obra gerou um grande interesse da comunidade europeia nos artefatos do antigo Egito, gerando uma horda de explorações arqueológicas (Costa, 2019).

Já em 1801, a incursão francesa no Vale do Rio Nilo foi extinta, com a derrota das tropas de Napoleão pelo exército britânico. Para oficializar a saída das tropas, a Capitulação de Alexandria foi escrita como prova da rendição francesa. Além de determinar as condições de saída do exército francês, esse documento determinou que todas as antiguidades encontradas fossem determinadas como obras públicas, o que facilitou a entrada de diversos objetos no Museu Britânico, incluindo a Pedra de Rosetta, um fragmento de rocha repleta de escritos que possibilitou a tradução dos hieróglifos egípcios (Ceram, 1954 *apud* Costa, 2019; British Museum, 2017, tradução nossa).

Desde o mundo antigo, tinha-se pretensões de ligar o Mar Vermelho ao Mar Mediterrâneo, facilitando as rotas comerciais (Costa, 2019). Inicialmente, a Grã-Bretanha era desfavorável a construção de um canal, contudo, em 1858, foi criada a “*Compagnie universelle du canal maritime de Suez*” (Companhia Universal do Canal Marítimo de Suez), que inaugurou o canal em 1869, no processo de construção, cerca de cem mil egípcios morreram devido ao trabalho exaustivo e por doenças (Dechancie, 1988 *apud* Costa, 2019).

No ano de 1875, o Egito declarou falência devido ao alto endividamento externo causado pela construção do Canal de Suez (Ferro, 1996, *apud* Costa, 2019). Ademais, os egípcios eram maltratados pelos estrangeiros que ocupavam altos cargos no exército nacional, o que culminou em um levante no ano de 1881, denominado Revolta Urabi, na

qual a pequena parcela de coronéis egípcios se rebelou contra a situação que foi imposta pelos estrangeiros no país, o levante foi amplamente aceito pela população egípcia e grupos da elite nacional. Na contenção da revolta nacionalista, o exército britânico conseguiu conter a revolta em 1882, iniciando o período de ocupação britânica. O chamado Protetorado Velado foi marcado por um período de bem-estar econômico, no qual permitia que egípcios ocupassem altos cargos no governo, mas o exército nacional fora dissolvido e substituído por tropas britânicas, aquilo que deveria ser temporário para estabilizar o país, se transformou em mais uma conquista do império britânico (Marsot, 1999 *apud* Costa, 2019).

Durante todo período de ocupação houve diversos protestos e revoltas por todo o país. Em 1916, ascendeu outro movimento nacionalista, dessa vez, chamado de *Al-Wafd al-Misrī* (Delegação Egípcia), oficializado como partido político, que tinha como principal objetivo garantir a independência do Egito. O apoio da população e a crise econômica que assolou o país na época foram cruciais para a Revolução de 1919. Em 1922, a Declaração da Independência foi assinada e instaurou-se uma monarquia parlamentar, contudo, a presença militar britânica deveria ser mantida, além do controle das relações exteriores do país. Entretanto, a Declaração não foi efetiva, já que em 1936, a ocupação britânica foi legalizada (Ibrahim, 2010 *apud* Costa, 2019).

No início da década de 1950, diversos movimentos e revoltas ocorreram contra a dominação britânica, até finalmente ocasionar a revolução de 1952, liderada pelo jovem militar Gamal Abdel Nasser (‘Abd al-Nasir) (Dechancie, 1988 *apud* Costa, 2019; Nasser, 1970 *apud* Costa, 2019). Para Nasser, o único caminho para libertar o Egito das amarras europeias e interromper o subdesenvolvimento causado por esse caráter colonial era a revolução (Nasser, 1970 *apud* Costa, 2019). Assim, após a abdicação forçada do rei, em 1953, Nasser declarou o Egito uma República (Costa, 2019). Três anos depois, a nacionalização do Canal de Suez foi determinada, e em seguida os britânicos foram expulsos do país, sob forte pressão do mundo árabe, tornando Nasser um símbolo de resistência e nacionalismo árabe (Dechancie, 1988 *apud* Costa, 2019).

Nasser governou o Egito até sua morte, no ano de 1970, seu mandato foi marcado pelo posicionamento pragmático entre Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), por determinado período, mas distanciou-se dos EUA devido as tensões com Israel e a posterior Guerra dos Seis Dias em 1967. Após o falecimento de Nasser, seu vice Muhammad Anwar Al-Sadat assumiu o poder, por sua vez, Sadat adotou uma postura divergente no decorrer de seu governo, mesmo com a continuidade das tensões entre Egito e Israel, Sadat desvinculou-se pouco a pouco da



URSS e aproximou-se dos EUA. Entre 1978-79, Egito e Israel negociaram seu tratado de paz, e desde então, a parceria entre Egito e EUA tornou-se mais evidente. No ano de 1981, Al-Sadat foi assassinado e seu vice, Hosni Mubarak ascendeu ao cargo, seu mandato foi o mais longo do Egito contemporâneo, terminando apenas em 2011, com os protestos realizados durante a Primavera Árabe (Šišić, 2024, tradução nossa).

Durante o governo Mubarak, a parceria EUA-Egito foi intensificada, sobretudo, no quesito militar, por sua vez, o interesse dos EUA nessa relação era manter a estabilidade no Oriente Médio devido as reservas petrolíferas e a influência egípcia sobre o Canal de Suez. Devido a fragilidade econômica que o país sofreu, o Egito tornou-se dependente da assistência estadunidense, mas o governo não implementou medidas internas efetivas (Šišić, 2024, tradução nossa). Em 2011, a tentativa de autoextermínio do jovem tunisiano Mohamed Bouazizi, em protesto a repressão das autoridades de seu país, ascendeu uma onda de revoltas não apenas na Tunísia, mas em diversos países árabes, esses movimentos despertaram sérias represálias à população, que clamava por melhores condições de vida e aprimoramento de seus direitos políticos. No Egito, apesar da violenta repressão contra os manifestantes, Mubarak cedeu a pressão e deixou o cargo, e o país passou a ser comandado por uma junta de militares (Britannica, 2025, tradução nossa).

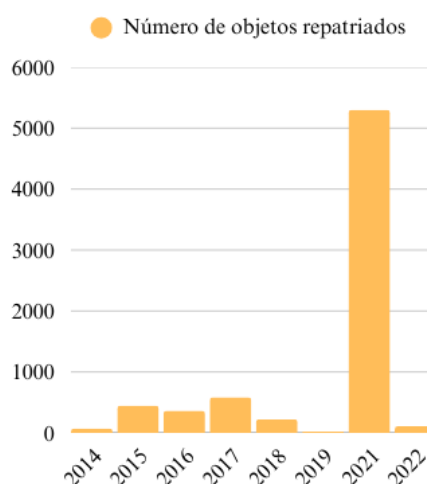
Eleições realizadas em 2012, elegeram Mohamed Morsi, líder do movimento Irmandade Mulçumana, entretanto, o governo de Morsi não foi bem recebido e sofreu um golpe militar no ano de 2013, e após eleições contraditórias, Abdul Fatah Khalil Al-Sisi, ex-chefe das Forças Armadas, se tornou o novo líder do Egito (Fahmy, 2015 *apud* Nejar, 2025; Lima, 2016 *apud* Nejar, 2025; Meringolo, 2015 *apud* Nejar, 2025). Após o golpe, os EUA romperam suas ligações com o país, mas gradualmente, a gestão de Obama e Al-Sisi reestabeleceram suas relações, sobretudo, para a luta contra o Estado Islâmico. O envio de recursos militares oscilou após 2013, mas desde 2018, a assistência tem sido contínua, no ano de 2024, o orçamento militar aprovado para envio ao Egito foi de 1,4 bilhões de dólares (Bahi, 2016 *apud* Nejar, 2025; Azaola-Piazza, 2018 *apud* Nejar, 2025; Ignatiev, 2018 *apud* Nejar, 2025; Hamzawy; Ji, 2024 *apud* Nejar, 2025; Sharp, 2024 *apud* Nejar, 2025). Nesse sentido, desde a independência, o Egito passou por grandes períodos autoritaristas e consolidou uma dependência em relação aos EUA.

## 5. Análise do fenômeno da repatriação

Categoricamente, o movimento de repatriação se consolidou com a chegada de Zahi Hawass no cargo de secretário-geral do Conselho Supremo de Antiguidades, no ano

de 2002 (Costa, 2019). Hawass possui uma longa carreira como egiptólogo e arqueólogo, alcançando inclusive o cargo de ministro de Estado para Assuntos de Antiguidades do Egito (Zahi Hawass, 2025c, tradução nossa). Há informações que convergem sobre o fim de sua carreira dentro do governo, de acordo com Costa (2019), ele foi exonerado do cargo no final de 2011, devido a deposição do presidente, Hosni Mubarak, após os protestos iniciados em 2010, conhecidos como “Primavera Árabe”. Já no site oficial de Zahi Hawass, consta-se a informação que ele se aposentou do cargo para trabalhar de maneira autônoma (Zahi Hawass, 2025c, tradução nossa).

Independentemente do que afastou Hawass do cargo, há diversos autores que falam sobre sua relevância para a egiptologia e para o Egito, mas durante as pesquisas, não foi possível encontrar dados confiáveis sobre a quantidade de itens repatriados durante sua gestão, nem quais poderiam ter sido esses objetos. É necessário frisar, que os objetos repatriados ou em pedido de repatriação correspondem apenas aqueles que foram retirados do Egito por meios ilegais, furtados, roubados ou pilhados, e também, aquelas antiguidades consideradas de extrema relevância para a história egípcia (Hawass *apud* Costa, 2019). Todavia, de acordo com informações divulgadas pela Autoridade Geral para Informação (Egito, 2020; Egito, 2023, tradução nossa) até 2022, cerca de 29.300 artefatos foram repatriados, dos dados encontrados, há uma variação considerável entre os anos catalogados: em 2014, 70 artefatos foram recuperados; em 2015, 446 artefatos; 363 no ano de 2016; no ano seguinte, 586 artefatos; em 2018, 223; em 2019, 23 artefatos, não foram encontrados registros oficiais de repatriações no ano de 2020; no ano de 2021, 5.300 foram recuperados; já em 2022, 110 retornaram ao Egito.



Fonte: Elaboração própria, dados da Autoridade Geral para Informação, a partir de 2020<sup>9</sup>.

A variação de repatriações por ano e os números alcançados são resultado dos esforços do governo egípcio ao tratar a questão como prioridade. De acordo com o Diretor-geral do Departamento de Repatriação de Antiguidades do Ministério do Turismo e Antiguidades, Shaaban Abdel Gawad, a atual liderança política do Egito acredita na importância da repatriação para o país. Os esforços são contínuos, em busca de concretizar a repatriação de mais antiguidades, Gawad afirmou também que o Egito está em busca de seus direitos acerca do patrimônio nacional, e aqueles objetos que foram retirados ilegalmente do país, deverão retornar. Ao retornar ao Egito, os itens repatriados são restaurados, e levados para um comitê do Conselho Supremo de Antiguidades, no qual será decido o museu que os receberá. Não obstante, o diretor também esclareceu que nenhum objeto repatriado será armazenado, todos estarão expostos ao público (Egito, 2024, tradução nossa).

Entre as últimas repatriações concretizadas, o ano de 2021 chama atenção ao apresentar um número exorbitante de 5.300 objetos repatriados, desses, 5.000 foram repatriados apenas dos Estados Unidos. Essa mobilização só foi possível devido a cooperação entre o Ministério do Turismo e Antiguidades e o Ministério de Relações Exteriores do Egito, ao dialogar com autoridades estadunidenses, as negociações foram iniciadas em 2016. Os objetos repatriados se encontravam no Museu da Bíblia Sagrada, em Washington, D.C., o acervo divide-se em manuscritos e papiros que possuem orações cristãs escritas em árabe e copta, máscaras funerárias, partes de caixões, dentre outros. De acordo com o Dr. Hesham El-Leithy, chefe da Administração Central do Centro de Registro de Antiguidades, esses itens foram retirados do Egito por meio de escavações ilegais, após a reparação, os artefatos foram destinados ao Museu Copta (Egito, 2021, tradução nossa).

Durante as pesquisas, não foi possível encontrar dados concretos sobre a quantidade de objetos repatriados após 2022, mas alguns casos podem ser levantados para exemplificar a continuidade desse processo. Em 2024, foi repatriada a cabeça de uma estátua do Rei Ramsés II, que se encontrava na Suíça, antes de chegar ao país, a antiguidade saiu em turnê de Londres em uma atração itinerante, e passou por outros Estados. A estátua possui 3.400 anos e foi roubada de um templo em Abidos, ela fazia parte de uma construção que retratava o faraó ao lado dos deuses antigos. Ao retornar ao país, a peça foi destinada aos cuidados do Museu Egípcio em Tahrir. A importância dessa

---

• <sup>9</sup> Tradução nossa. Disponível em: <[sis.gov.eg/...](https://sis.gov.eg/)> <[sis.gov.eg/...](https://sis.gov.eg/)>. Acesso em: 15 abr. 2025.

peça está ligada a relevância de Ramsés II para a história antiga do Egito, pois seu reinado durou 66 anos, sendo o mais longo da história do país (Egito, 2023; Egito, 2024, tradução nossa).



Fonte: Autoridade Geral para Informação, 2024.

Outra repatriação relevante adveio da Irlanda, mais especificamente, do acervo da *University College Cork* (UCC), após cerca de um ano e meio de negociações, a visita do presidente egípcio Abdel Fattah Al-Sisi a Dublin concretizou o acordo de repatriação, no final do ano passado. Assim como a estátua de Ramsés II, os objetos repatriados da Irlanda pertencem a um período de extrema relevância do antigo Egito. Entre os itens, encontra-se um sarcófago, restos mortais mumificados, quatro vasos canópicos<sup>10</sup>, e itens de cartonagem<sup>11</sup>, esses artefatos datam de 100 EC e 975 AEC, e chegaram a UCC em 1928, por meio de uma doação (UCC, 2022; Egito, 2024, tradução nossa). Não foi possível achar registros sobre as condições nas quais os objetos foram retirados de seu país de origem.

<sup>10</sup> Recipientes utilizados para armazenar os órgãos de um corpo que passou pelo processo de mumificação.

<sup>11</sup> Material feito de linho ou papiro, utilizado para cobrir múmias e objetos funerários.



Fonte: Denis Mortell Photography, 8 dez. 2022.

## 5.2. Artefatos notáveis e desejados

Há dois casos emblemáticos de pedidos de repatriação que até o momento não foram concluídos: a Pedra de Rosetta, em exposição no Museu Britânico, e o busto da rainha Nefertiti, que está no *Neues Museum*, na Alemanha. Em 1799, enquanto o Egito estava sob dominação francesa, a Pedra foi encontrada próxima da cidade de Rosetta, durante escavações na fundação de um forte. Com a derrota francesa pela Inglaterra, a Pedra e demais artefatos encontrados se tornaram propriedade inglesa, a partir da assinatura do Tratado de Alexandria (1801), no ano seguinte, o artefato foi enviado à Inglaterra. A Pedra de Rosetta é parte de uma peça maior, que possui uma mensagem esculpida em três escritas diferentes, hieróglifos, demótico e grego antigo. A tradução em grego permitiu, pela primeira vez, que o sistema de escrita egípcio fosse desvendado, assim, no início do século XIX, Jean-François Champollion publicou sua descoberta através de um artigo na *Académie des Inscriptions et Belles Lettres*, em Paris. A Pedra de Rosetta foi concedida ainda em 1802, pelo Rei George III, aos cuidados do Museu Britânico, e se encontra lá até hoje (British Museum, 2017, tradução nossa).

Entre 2003 e 2005, Hawass fez o primeiro pedido oficial para a repatriação da Pedra de Rosetta, o Museu Britânico negou o pedido, mas apresentou uma réplica em tamanho real que foi exibida no Museu Nacional Rashid, próximo ao local onde o artefato foi achado. Já em 2009, Hawass pediu um empréstimo da Pedra por três meses, e em 2018, foi feito um novo pedido, para que a Pedra retornasse ao Egito para a inauguração do Grande Museu Egípcio, ambos foram negados (Costa, 2019). Há algumas petições *online* que pedem a repatriação da Pedra, embora não tenham ligações oficiais com o governo são comandadas por arqueólogos. Uma delas, intitulada *Repatriate Rashid*, é organizada por um grupo de arqueólogos, e conta com considerável apoio, uma das cofundadoras da campanha, a arqueóloga Monica Hanna, em uma edição do *The Inquiry*, promovido pela *BBC World Service*, afirmou que “reivindicar o nosso passado

representa, para nós, um caminho em direção à cura dos crimes do passado e um caminho em direção a um futuro diferente para os egípcios” (Repatriate Rashid, 2025c; Returning Heritage, 2022). Claramente, Hanna verbaliza a necessidade de reparação histórica e da soberania egípcia, utilizando-se de um discurso pós-colonial. Em junção a ela, Zahi Hawass também criou petições em seu site, uma para a Pedra de Rosetta e o Zodíaco de Dendera, e um para repatriar o Busto de Nefertiti, que trataremos mais adiante. Até o momento da pesquisa, a primeira contava com quase 250.000 assinaturas, já a segunda, com cerca de 45.000. O discurso que Hawass utiliza para justificar a repatriação, possui um viés nacionalista, e audacioso, pois afirma que a Pedra não está segura no Museu Britânico, devido ao roubo de algumas peças do acervo (Zahi Hawass, 2025c).

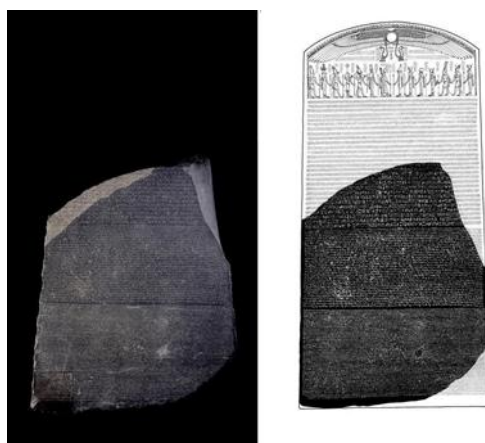


Foto da Pedra de Rosetta ao lado de uma ilustração que apresenta a peça completa. Fonte: Claire Thorne, 2017.

Quanto ao Busto de Nefertiti, o artefato foi descoberto em escavações feitas na cidade de Amarna, em 1912, pela equipe germânica de arqueólogos liderados pelo egiptólogo Ludwig Borchardt. De acordo com Hawass (2003), Borchardt levou o item cheio de lama para o Museu do Cairo, onde deveria passar por avaliação para averiguar se a peça era valiosa e permaneceria no Egito, ou se poderia ser apossada pela expedição, essa “separação” de itens era denominada de *partage*. Entretanto, Hawass afirma que os direitos sobre a Alemanha sobre a peça e a forma como ela saiu do país não eram adequadas, na época do ocorrido, havia rumores de que Borchardt passou lama no Busto para dificultar sua identificação (Hawass, 2003 *apud* Costa, 2019). Essa informação é bastante curiosa, afinal, qual seria a dificuldade em lavar o item para identificá-lo? Isso não deveria ser feito em uma avaliação minuciosa e profissional?

Em 1924, houve a primeira tentativa de repatriar a peça, todavia, o Diretor do Serviço de Antiguidades da época, o francês Pierre Lacau, impediu que escavações alemãs ocorressem, devido as tensões existentes entre França e Alemanha pós Primeira Guerra. Posteriormente em 1935, o primeiro-ministro prussiano Hermann Göring, havia permitido o retorno do Busto, mas Adolf Hitler impediu que a peça saísse de seu poder. Em 2005, um pedido oficial do Egito foi levado à UNESCO, porém, não houve resultado (Ikram, 2011 *apud* Costa 2019).

Ao lado de Hawass, Salima Ikram, professora de Egiptologia da Universidade Americana do Cairo, também é uma voz ativa na defesa da repatriação. Os dois defendem a ideia de nacionalismo que os artefatos proporcionam e argumentam também sobre os benefícios econômicos que a repatriação traria, devido as atividades turísticas (Costa, 2019).

## 6. Considerações finais

A aplicação do pós-colonialismo pode ser observada na intensa busca do Egito por seus objetos, é necessário frisar, que alguns dos itens repatriados foram contrabandeados do país após os períodos de dominação europeia, entretanto, o empenho empregado pelo governo egípcio nos últimos anos, demonstra a preocupação do país em reparar os danos que lhe foram causados anteriormente. Os processos de negociação para o retorno das antiguidades exprimem uma dicotomia interpretativa, por um lado, representam o poder diplomático e de barganha que o governo egípcio possui, e pelo outro, representam um movimento ousado de procura pela reafirmação de seus bens e sua história, encarando as principais potências imperialistas ao exigir a repatriação de itens roubados.

Alguns países têm se mostrado bastante solícitos para a repatriação de artefatos, como os Estados Unidos e a Alemanha, mesmo que o Busto de Nefertiti não tenha sido repatriado, o país tem repatriado diversos itens para países africanos na atualidade. Em contrapartida, a Grã-Bretanha, e mais especificamente, seus museus, demonstraram pouca flexibilidade nessa questão, inegavelmente, o acervo do Museu Britânico é composto majoritariamente por peças que não são de sua própria história ou povo, assim, a repatriação dos artefatos “ilegais” do museu diminuiria muito o número de visitantes, a Pedra de Rosetta, inclusive, é um dos itens mais chamativos do Museu. Mas afinal, a quem pertence o direito de proteger e apresentar o passado?

Muito se discute sobre os patrimônios da humanidade, e sobre todos compartilharmos um passado em comum, e é direito e dever de todos conhecê-lo e preservá-lo. Entretanto, a história não é homogênea e muito menos igualitária, ao longo dos séculos, diferentes povos entraram em conflito e subjugaram uns aos outros, criando relações de poder e dominação. Já em um contexto contemporâneo, cujas guerras e repressão persistem, mas que favorece os Estados da periferia global, ainda que de maneira frágil, com o princípio da soberania, dando-os voz para questionar os países do centro, acerca da violência sofrida e o que deve ser feito para reparar o passado. A partir dessa ótica, é necessário compreender o direito dos países periféricos deterem o poder de seu passado e de tudo aquilo que o representa, para assim contarem sua própria história, desprendendo-se de narrativas enviesadas e eurocêtricas. Todos têm direito de conhecer e preservar o passado, mas aqueles responsáveis pelas maiores atrocidades da humanidade não devem mais deter o controle daquilo que conquistaram através de destruição e opressão.

Ainda encontramos-nos distantes dessa independência histórico-cultural dos países periféricos, mas esse processo está progredindo, mesmo que lentamente, e a onda de repatriações é um reflexo disso. Todavia, os casos da Pedra de Rosetta e do Busto de Nefertiti são um grande obstáculo para que esse cenário se desenvolva completamente, com base na total inflexão dos museus em ao menos ceder as peças por empréstimo. A UNESCO demonstrou-se pouco participativa nas negociações entre o Egito e os demais países para a repatriação de objetos, mesmo que seu papel seja apenas consultivo, a organização poderia ter um papel mais ativo, prestando apoio aos países lesados. Ademais, a legislação internacional em defesa do patrimônio, mais especificamente a Convenção sobre os Meios de Proibir e Impedir a Importação, Exportação e Transferência Ilícitas de Propriedade de Bens Culturais (1970) não possui cláusulas retroativas, ou seja, *apenas* aqueles objetos que foram retirados de maneira ilícita *após* a entrada em vigor da Convenção estão salvaguardados. Assim, o papel da UNESCO se restringe verdadeiramente a proteção e manutenção dos bens egípcios que são considerados patrimônios mundiais e também, aos itens contrabandeados a partir de 1970. Logo, não há amparo no direito internacional que proteja os países periféricos dos danos causados pelas ações imperialistas. A partir dessa conjuntura, a pressão do sistema internacional e da população poderiam auxiliar a mudança dessa configuração, a fim de buscar a reparação histórica e afirmação da soberania egípcia e dos demais países lesados pelo colonialismo.



Do ponto de vista teórico, as análises de Diop e Said se complementam ao exprimir a narrativa criada pela Europa sobre o Oriente. Dentro do imaginário europeu, a África e a Ásia são locais exóticos, atrasados e diferentes, sem a capacidade de apresentar culturas ou costumes que se igualem ou superam os europeus. E convenientemente, aquilo que atrai o fascínio e a admiração europeia, como o antigo Egito, sofre uma tentativa de desvinculação e até mesmo um apagamento étnico-racial, como Diop exprime em sua obra. Sob essa perspectiva, pode-se afirmar que além de toda a exploração física, social e econômica que o Egito foi submetido, evidencia-se uma usurpação identitária, onde a Europa determinou o que poderia ser ou não considerado oriental, e qual seria a interpretação epistemológica a partir da produção de seu próprio acervo literário acerca do oriente. Não obstante, a discriminação racial também foi elucidada a partir do embranquecimento do antigo povo egípcio, para desassociar a ideia de um poderoso império pertencer a um continente atrasado e a uma raça “inferior”.

A elite política e acadêmica europeia fomentou um discurso segregacionista bárbaro, como forma de justificar suas ações inomináveis. Após a disseminação desse discurso para toda a população ocidental, não apenas o povo egípcio, mas centenas de comunidades, povos, tribos, nações e Estados que pertencem ao chamado Oriente, foram oprimidos. Diante dessa exposição, a utilização do discurso pós-colonialista não busca apenas compreender as consequências desse fenômeno, mas sim, contorná-lo, com a reafirmação identitária desses povos e sua luta por justiça e reparação.

Nesse sentido, a identidade nacional está em constante construção, pois o aceite dos discursos pós-coloniais criam uma interpretação alternativa sobre o passado e corroboram na busca por reparação. Logo, as demandas por repatriação deixam de ser apenas governamentais e passa a ser social, em prol de todo um povo que deve deter o direito de contar e proteger seu legado histórico. A persistência do povo egípcio demonstrou a força do sentimento nacional e da identidade compartilhada e constantemente reafirmada pelos movimentos revolucionários, em oposição direta a dominação estrangeira. O ato de resistir ao colonialismo demonstra a força e a autoafirmação do povo egípcio. Assim, como o colonialismo forçou a desvinculação da identidade árabe do povo egípcio, também colaborou para uma narrativa que desassocia o país de seu passado e sua origem africana. Em suma, a repatriação torna-se um meio para obter o poder de reconstruir uma identidade árabe, africana, periférica e anticolonial.

A falta de dados oficiais sobre a repatriação e a opinião pública a respeito do tema, impedem uma análise mais aprofundada acerca da influência direta da repatriação na

construção de uma identidade nacional. Mas devido as teorias e análises apresentadas acerca do tema é possível concluir que o significado por trás da repatriação impacta a afirmação de uma identidade nacional, devido a construção de uma memória coletiva, através das memórias autobiográficas de cada indivíduo. Nesse sentido, a presença física dos artefatos em seu país de origem, pode atribuir uma representação maior para o povo egípcio.

Todavia, no decorrer das pesquisas, foi possível concluir que por trás do discurso de afirmação do nacionalismo e da soberania egípcia há um viés muito mais econômico que social. Decerto, a posse de artefatos tão icônicos como a Pedra de Rosetta e o Busto de Nefertiti, fomentariam o número de turistas no país, e claro, as atividades de comércio e prestação de serviços trariam um retorno benéfico não apenas para o PIB egípcio mas também para a população que destina suas atividades a esses setores. Mas ao levar em consideração que muitas das atividades culturais e museus do país são pagos, e que a distância entre as diferentes cidades e sítios arqueológicos, gera diversos os custos de transporte e logística, a repatriação vai garantir verdadeiramente o acesso do povo egípcio a seu passado? Principalmente ao se considerar os índices de pobreza e desigualdade social que o país enfrenta, como é possível garantir que as populações afastadas dos grandes centros urbanos, ou populações pobres, tenham acesso a sua história, e mais do que isso, como instruí-los devidamente sobre a construção de uma identidade em comum, em meio a questões mais relevantes que enfrentam diariamente devido aos problemas sociais que o país enfrenta? A repatriação é um problema externo que afeta o povo egípcio, mas também é necessário combater as questões internas. Não se pode negar a responsabilidade do colonialismo sobre os problemas socioeconômicos que os países periféricos sofrem, mas é possível traçar planos para amenizar seus efeitos para a população.

O governo de Al-Sisi fomenta o discurso de autonomia e fortalecimento de uma identidade nacional, entretanto, o povo carece de políticas públicas e assistência. O caráter ditatorial do governo militar egípcio restringe direitos civis e a liberdade de expressão. Assim, em um país onde há tantas problemáticas para a população, existe espaço para esse povo se preocupar com questões culturais? É verdadeiramente possível fortalecer a identidade nacional de cidadãos que lidam com tantas adversidades diariamente? A resposta para essa questão apenas elucida que o discurso do governo egípcio é vazio de interesses sociais, mas repleto de razões econômicas. Apelar para o caráter identitário e as raízes históricas da repatriação é válido apenas para desfiles e espetáculos que atraíam turistas para seu país.

Outra hipocrisia observada na postura do governo egípcio é a longa relação com os EUA. O Egito adveio de um passado colonial e lutou arduamente para desvincular-se das amarras britânicas em seu território, mas décadas depois, torna-se não apenas aliado, mas dependente do auxílio econômico-militar estadunidense. Nessa conjuntura, o nacionalismo propagado durante os movimentos revolucionários da primeira metade do século XX foram perdidos. O Egito promove um discurso autônomo e soberano sobre a repatriação, mas ao tempo, aceita ser um ponto estratégico dos EUA dentro do Oriente Médio. Logo, a ruptura colonial só é ressaltada quando convém. Em suma, há diversas controvérsias na postura do Estado egípcio na defesa de seus interesses nacionais, tais controvérsias geram dúvidas sobre os reais propósitos do governo sobre a repatriação. Mesmo que ela fortaleça a identidade nacional dos egípcios e seja um movimento fundamental na luta anticolonial, a postura do Egito frente aos EUA e no trato de questões sociais em seu território, demonstram que a repatriação nada mais é que um artifício econômico para fomentar o turismo no país.

## 7. Referências

ALJAZEERA, 2024. *Grand Egyptian Museum opens for trial run*. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/gallery/2024/10/16/grand-egyptian-museum-opens-for-trial-run>. Acesso em: 03 mar. 2025.

BRITANNICA, 2025. *Arab Spring*. Disponível em: <https://www.britannica.com/event/Arab-Spring>. Acesso em: 22 mai. 2025.

BRITISH MUSEUM, 2017. Everything you ever wanted to know about the Rosetta Stone. Disponível em: <https://www.britishmuseum.org/blog/everything-you-ever-wanted-know-about-rosetta-stone>. Acesso em: 13 abr. 2025.

CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. São Paulo: Editora Contexto, 2011. E-book. pág.159. ISBN 9786555414806. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555414806/>. Acesso em: 01 mar. 2025.

COSTA, Karine Lima da. *Caminhos para a descolonização dos museus: a questão da repatriação das antiguidades egípcias*. 2019. 294 f. Tese (Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/214370>. Acesso em: 20 out. 2024.

COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA, 2025c. *Bens culturais*. Disponível em: [icrc.org/...](https://www.icrc.org/...). Acesso em 16 fev. 2025.

CONVENÇÃO sobre os Meios de Proibir e Impedir a Importação, Exportação e Transferência Ilícitas de Propriedade de Bens Culturais. 14 novembro 1970. Disponível

em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000160638/PDF/160638por.pdf.multi>. Acesso em 16 fev. 2025.

CONVENTION the Protection of the World Cultural and Natural Heritage. 16 novembro 1972. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/conventiontext/>. Acesso em: 14 fev. 2025.

CONVENTION on Stolen or Illegally Exported Cultural Objects. 24 junho 1995. Disponível em: <https://www.unidroit.org/instruments/cultural-property/1995-convention/>. Acesso em: 17 fev. 2025.

CUNHA, E. S. M; ARAÚJO, C. E. L. *Process Tracing nas Ciências Sociais: fundamentos e aplicabilidade*. Brasília: ENAP, 2018.

DIOP, Cheikh Anta. *Antériorité des civilisations negres: mythe ou vérité historique?*. Paris: Présence Africaine, 1974.

EGITO. Autoridade Geral para Informação. *Antiguidades egípcias: interesse no desenvolvimento e monitoramento atento do presidente Sisi*. State Information Service, Cairo, 8 jun. 2020. Disponível em: [sis.gov.eg/...](https://sis.gov.eg/). Acesso em: 13 abr. 2025.

EGITO. Autoridade Geral para Informação. *Turismo e antiguidades: 5.000 artefatos recuperados nos Estados Unidos da América*. State Information Service, Cairo, 27 jan. 2021. Disponível em: [sis.gov.eg/...](https://sis.gov.eg/). Acesso em: 13 abr. 2025.

EGITO. Autoridade Geral para Informação. *Setor de antiguidades*. State Information Service, Cairo, 6 jun. 2023. Disponível em: [sis.gov.eg/...](https://sis.gov.eg/). Acesso em: 13 abr. 2025.

EGITO. Autoridade Geral para Informação. *A Suíça devolve um pedaço da estátua de Ramsés II ao Egito*. State Information Service, Cairo, 4 jul. 2023. Disponível em: [sis.gov.eg/...](https://sis.gov.eg/). Acesso em: 13 abr. 2025.

EGITO. Autoridade Geral para Informação. *O Rei Ramsés II retorna ao Egito*. State Information Service, Cairo, 21 abr. 2024. Disponível em: <https://www.sis.gov.eg/Story/192527/King-Ramses-II-head-back-in-Egypt?lang=en-us>. Acesso em: 13 abr. 2025.

EGITO. Autoridade Geral para Informação. *Uma coleção de artefatos egípcios recuperados após a visita do Presidente Sisi a Dublin*. State Information Service, Cairo, 13 dez. 2024. Disponível em: [sis.gov.eg/...](https://sis.gov.eg/). Acesso em: 13 abr. 2025.

EGITO. Autoridade Geral para Informação. *Ministério do Turismo e Antiguidades: a questão de repatriação de antiguidades está recebendo a atenção da liderança política do país*. State Information Service, Cairo, 14 dez. 2024. Disponível em: [sis.gov.eg/...](https://sis.gov.eg/). Acesso em: 13 abr. 2025.

EGITO. Ministério de Turismo e Antiguidades. *Pharaohs' Golden Parade*. Ministry of Tourism and Antiquities, Cairo, 2019c. Disponível em: <https://egy monuments.gov.eg/events/pharaohs-golden-parade/>. Acesso em: 20 abr. 2025.

EXPERIENCE EGYPT. Experience live stream: The Pharaohs' Golden Parade. Youtube, 3 abr. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bnlXW7KZl0c&t=4622s>. Acesso em: 18 abr. 2025.

GUIMARÃES, Feliciano de Sá. *Teoria das relações internacionais*. São Paulo: Contexto, 2021.

HALBWACHES, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

INSTITUTE FOR STATISTICS, 2009. *Glossary*: Cultural herege. Disponível em: <https://uis.unesco.org/en/glossary-term/cultural-heritage>. Acesso em: 12 fev. 2025.

NEJAR, V. C. *Sustentação de um regime: uma análise da política externa do Egito sob o governo Al-Sisi (2014-2024)*. 2025. 72 f. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2025. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/290814>. Acesso em: 22 mai. 2025.

NYE JUNIOR, J. S. Soft power. s.l. *Foreign Policy*. n. 80, p. 153-171, 1990. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/1148580>. Acesso em: 20 nov. 2024.

REPATRIATE RASHID, 2025c. *Repatriate Rashid*. Disponível em: <https://www.repatriaterashid.org/>. Acesso em: 13 abr. 2025.

RETURNING HERITAGE, 2022. *Rosetta Stone: no priority for restitution*. Disponível em: <https://www.returningheritage.com/rosetta-stone-no-priority-for-restitution>. Acesso em: 13 abr. 2025.

SAID, Edward. *Orientalismo*. 2. ed. Barcelona: Penguin Random House Grupo Editorial, 2008.

SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. UNESCO, 2025c. *World Heritage*. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/about/>. Acesso em: 14 fev. 2025.

ŠIŠIĆ, Hrustan. Strategic partnership between the United States and Egypt: a historical overview. *Multidisciplinary Academic Publishing*, Sarajevo, v. 5, p. 55-67, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.53880/2744-2454.2024.5.55>. Acesso em: 22 mai. 2025.

UNESCO, 2025c. *Abu Mena*. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/list/87>. Acesso em: 17 fev. 2025.

UNESCO, 2025c. *Ancient Thebes with its Necropolis*. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/list/87>. Acesso em: 17 fev. 2025.

UNESCO, 2025c. *Egypt*. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/statesparties/eg/>. Acesso: 17 fev. 2025.

UNESCO, 2025c. *Historic Cairo*. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/list/89/>. Acesso em: 17 fev. 2025.

UNESCO, 2025c. *Memphis and its Necropolis – the Pyramid Fields from Giza to Dahshur*. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/list/86>. Acesso em: 17 fev. 2025.

UNESCO, 2025c. *Nubian Monuments from Abu Simbel to Filae*. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/list/88>. Acesso em: 17 fev. 2025.

UNESCO, 2025c. Saint Catherine Area. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/list/954/>. Acesso em: 17 fev. 2025.

UNIDROIT, 2025c. *States-parties*. Disponível em: <https://www.unidroit.org/instruments/cultural-property/1995-convention/status/>. Acesso em: 17 fev. 2025.

UNIVERSITY COLLEGE CORK, 2022. *UCC to repatriate ancient Egyptian objects*. Disponível em: <https://www.ucc.ie/en/news/2022/ucc-to-repatriate-ancient-egyptian-objects.html>. Acesso em: 13 abr. 2025.

UNITED NATIONS, 2025c. UNESCO: *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/brief>. Acesso em: 12 fev. 2025.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 7-72.

ZAHİ HAWASS, 2025c. *Career highlights*. Disponível em: <https://www.hawasszahi.com/career-highlights>. Acesso em 10 abr. 2025.

ZAHİ HAWASS, 2025c. *Bio*. Disponível em: <https://www.hawasszahi.com/bio>. Acesso em: 21 mai. 2025.

ZAHİ HAWASS, 2025c. *Repatriation*. Disponível em: <https://www.hawasszahi.com/repatriation>. Acesso em 10 abr. 2025.